

# AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO PROCESSO DE TECNIFICAÇÃO DA AGROPECUÁRIA NA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE CAMPINA GRANDE

Kerolaide Bianca Souza Ramos<sup>1</sup>; Anieres Barbosa da Silva<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Graduanda em Geografia – Universidade Federal da Paraíba – [kerolbianca@gmail.com](mailto:kerolbianca@gmail.com);

<sup>2</sup> Professor do DGEOC - Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – [anieres@uol.com.br](mailto:anieres@uol.com.br)

## INTRODUÇÃO

A década de 1960 pode ser considerada como o período em que se tem, de forma mais evidente, o início do processo de mudança na base técnica produtiva da agropecuária brasileira em decorrência da ampla utilização dos pacotes tecnológicos provenientes da Revolução Verde, que teve início na década de 1950. Surgindo como um dos fatores iniciais para se entender e contextualizar a discussão sobre a modernização da agricultura, a Revolução Verde teve como principal objetivo aumentar a produção agrícola a partir de iniciativas tecnológicas que transformaram as práticas agrícolas em diversas porções do território, sobretudo aquelas em que a expansão da fronteira agrícola estava em curso. Sobre a Revolução Verde, Rosa (1998 apud RÊGO; SILVA, 2016) faz a seguinte afirmação:

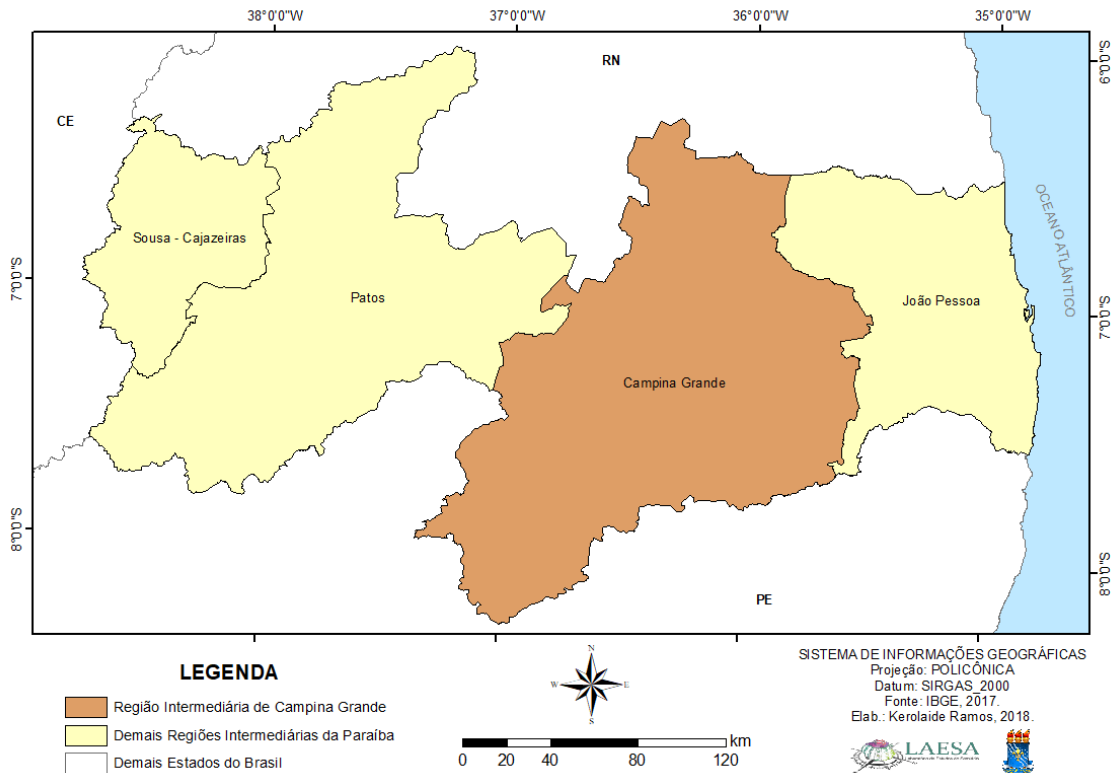
A Revolução Verde visava o aumento substancial da produção de alimentos, baseando-se no uso intensivo de insumos químicos, sementes melhoradas e mecanização das lavouras. (...) As inovações da Revolução Verde provocaram mudanças substanciais nos campos de cultivo e nas culturas agrícolas (ROSA, 1998, p.19).

Segundo Locatel (2012), essa modernização da agricultura brasileira surge a partir de elementos ligados ao território, como, por exemplo, políticas setoriais que favoreciam determinados segmentos agrícolas, o que aglomeraria o capital em apenas um determinado setor. Com isso, durante o processo, o Estado surge como agente fundamental para o fornecimento de aparatos necessários para subsumir o capital no campo (DANTAS E FELICIANO, 2018), colaborando com a criação de políticas de crédito e outras ações direcionadas para o setor agropecuário.

Embora na região intermediária de Campina Grande (mapa 1) o processo de modificações da atividade agropecuária seja considerado recente, quando comparada a outras realidades presentes no território brasileiro, resultados preliminares da pesquisa possibilitam afirmar que a inserção de insumos e técnica nos processos produtivos da área estudada está sendo motivada por intermédio de políticas públicas e planos de ações.

Balizado por esse contexto, o artigo tem por finalidade refletir sobre a modernização da base técnica e produtiva da agropecuária na região intermediária de Campina Grande, focando nas políticas públicas que contribuíram para o processo de tecnificação. O presente estudo está incorporado nos objetivos e resultados parciais da pesquisa de Iniciação Científica intitulada *Tecnificação da Agropecuária na Mesorregião da Borborema* que tem dentre os objetivos destacar a contribuição de políticas públicas para o processo de tecnificação do território

**Mapa 1 – localização da área de estudo**



Elaborado pelo autor, 2018

## METODOLOGIA

O estudo vem sendo construído a partir de levantamentos bibliográficos com o objetivo de ampliar o conhecimento teórico acerca dos conceitos que norteiam a pesquisa; levantamento de dados secundários no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), valendo ressaltar que nesse estudo foi utilizada a nova delimitação das regiões geográficas da Paraíba, segundo o IBGE (2017); e realizados trabalhos de campo, nos dias 17 e 18 de outubro de 2018, que possibilitaram a observação da realidade, coleta de informações e uma maior aproximação com o objeto de estudo. A pesquisa encontra-se em andamento.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

Resultados preliminares da pesquisa possibilitam afirmar que a inserção de insumos e técnicas nos processos produtivos da área estudada está sendo motivada pela execução de políticas públicas que, no nosso entendimento, estão desencadeando novas dinâmicas territoriais e um processo de tecnificação da agropecuária. Dentre estas políticas destacamos o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Pacto Novo Cariri.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado na década de 1990, ligado ao Programa Fome Zero, é incubido de preservar a segurança alimentar no Brasil e inserir os agricultores familiares no mercado possibilitando-os a obtenção de financiamentos o que, conseqüentemente, daria uma melhor qualidade de vida aos beneficiados.

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

[www.conadis.com.br](http://www.conadis.com.br)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696/2003 e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012. O programa é uma das ações resguardada pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), congregada pelo Programa Fome Zero. O PAA possui como objetivo, “garantir o acesso aos alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar” (BRASIL, 2006). Na região intermediária de Campina Grande a compra, por meio do Governo Estadual, da produção de leite dos pequenos agricultores que compõem associações e cooperativas credenciadas fortalece a produção local, gerando renda e melhoria social e econômica para os beneficiados.

No que diz respeito ao Pacto Novo Cariri, trata-se de uma iniciativa do Governo Estadual em parceria com o SENAR<sup>1</sup>, o SENAI<sup>2</sup> e o SEBRAE<sup>3</sup>, tendo, assim, o objetivo de “absorver e a introduzir os princípios da gestão compartilhada” (OLIVEIRA; SILVA, 2014), e inserindo novas técnicas, o que promove o crescimento econômico local e diversifica a produção.

## CONCLUSÃO

As políticas públicas direcionadas para o recorte espacial do estudo, principalmente a partir da década de 1990, possibilitaram novas dinâmicas territoriais decorrentes da tecnificação da agropecuária, tornando fundamental estudá-las por ser uma temática pouco explorada na Geografia Agrária da Paraíba.

Observamos que a inserção das políticas públicas antes enunciadas é considerada por muitos como sendo fundamental para a reestruturação na base territorial do campo brasileiro, vez que contribuiu para estimular o desenvolvimento da agropecuária. Contudo, e contraditoriamente, convém destacar que ao mesmo tempo em que as técnicas se desenvolvem a sua distribuição é feita de forma desigual e seletiva, e os agravos ecológicos e sociais são intensificados. Por isso, entendemos que as políticas governamentais que estimulam o desenvolvimento da atividade agropecuária na região imediata de Campina Grande intensificam as desigualdades no uso e no consumo de produtos e artefatos técnicos que são utilizados para facilitar a produção agropecuária, tendo em vista que não são todos os produtores que estão inseridos no processo, e isso se deve ao fato de que o desenvolvimento do capitalismo é contraditório e se realiza de forma desigual (OLIVEIRA, 2007).

Por fim, ressaltamos que no dia 02 de janeiro de 2019 o atual Presidente da República assinou o decreto nº 9.674 deixando de fora o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O CONSEA tem como função formular, monitorar e avaliar as políticas públicas destinadas a garantir segurança alimentar de muitos brasileiros. Com isso, o Programa de Aquisição Alimentar (PAA) passa a ser responsabilidade da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural – vinculado ao Ministério da Cidadania – e os programas destinados à fomentação da Agricultura Familiar ficam sob a responsabilidade do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, que tem como ministra uma representante da bancada ruralista. Nota-se, então, que o combate à fome, a promoção da alimentação saudável, a ampliação da merenda escolar, o fortalecimento da agricultura familiar camponesa, o controle de agrotóxicos e a disseminação de transgênicos não são pautas principais no atual (des)governo. Nesse contexto, fica incerta a continuidade daquelas

<sup>1</sup> Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

<sup>2</sup> Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

<sup>3</sup> Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

políticas públicas que, de certo modo, contribuíam para a redução das desigualdades socioeconômicas intensificadas a partir da modernização da agropecuária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Casa Civil. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9674.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9674.htm#art11)

Acessado em 03 Jan. 2018.

DANTAS, J. C.; FELICIANO, C. A. Conflitos territoriais no Semiárido brasileiro. In:

ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 19, João Pessoa, *Anais...* João Pessoa: AGB, 2018. Disponível em <http://www.eng2018.agb.org.br/site/anaiscomplementares2?AREA=17>.

Acesso em: 19 Dez. 2018.

LOCATEL, Celso. Tecnicificação dos Territórios Rurais no Brasil: políticas públicas e pobreza.

**Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**. Barcelona, Vol. XVI, núm. 418 (66), 1 de novembro de 2012.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Petrucio C. A. SILVA, A. B. PACTO NOVO CARIRI: contradições de uma proposta de desenvolvimento local e de uso do território. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7, 2014, *Anais...* Vitória: AGB, 2014. p. 1-13. Disponível em:

<http://www.cbg2014.agb.org.br/site/anaiscomplementares?AREA=2> Acesso em: 14 Nov. 2018.

RÊGO, Eduardo. E.; SILVA, A.B. . As políticas públicas de (re)pecuarização e a tecnicificação do território no cariri oriental paraibano – pb. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO, 1, 2016. *Anais...* Campina Grande: Realize, 2016.

Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conidis/anais.php>. Acesso em: 16 Nov. 2018.

ROSA, Antonio. V. **Agricultura e meio ambiente**. São Paulo: Atual, 1998.